

MÁRIO DE GOUVEIA

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda (INCM/MCM)

Instituto de Estudos Medievais (IEM, NOVA FCSH)

mario.gouveia@incm.pt

MARIA JOÃO DE SOUSA

Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML)

maria.sousa@parquesdesintra.pt

Moedas da primeira dinastia provenientes do Castelo dos Mouros (Sintra): notícia preliminar das escavações arqueológicas de 2009-2011

REVISTA M · Nº 0 · 2017 · 73 - 79

RESUMO

Apresenta-se neste artigo uma notícia preliminar acerca do conjunto de moedas, datáveis da primeira dinastia portuguesa (séculos XII-XIV), encontrado no decurso de escavações arqueológicas na necrópole da igreja de São Pedro de Canaferrim (Castelo dos Mouros, Sintra), entre 2009 e 2011.

PALAVRAS CHAVE: Idade Média; sepulturas; moedas; economia simbólica.

ABSTRACT

The aim of this essay is to present a preliminary note concerning the first Portuguese dynasty (12th-14th centuries) monetary set found in the archaeological excavations of the necropolis of the church of São Pedro de Canaferrim (Castelo dos Mouros, Sintra), between 2009 and 2011.

KEYWORDS: Middle Ages; graves; coins; symbolic economy.

O contexto arqueológico

O Castelo dos Mouros, construído no topo de um dos cumes rochosos mais altos da Serra de Sintra, localiza-se no interior da Paisagem Cultural de Sintra, classificada pela UNESCO como Património Mundial desde 1995, e foi desde sempre um dos locais mais visitados da zona de Lisboa devido à sua relação com o passado histórico da região e ao próprio sítio, suscetível de proporcionar uma espetacular vista panorâmica da costa, da vila de Sintra até Mafra. Os trabalhos arqueológicos promovidos no local entre 2009 e 2012 pela Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A., a quem a gestão do castelo está entregue, incidiram fundamentalmente nas zonas onde se pretendiam implantar novos equipamentos de apoio ao visitante, mas acabaram por abranger outras áreas de modo a alargar, integrar e aprofundar estudos anteriores, dando desta forma a conhecer, de modo mais objetivo, as ocupações humanas do castelo, as suas fases construtivas e os espaços da vida quotidiana.

Os trabalhos arqueológicos realizados nos vários setores de investigação, na zona da necrópole cristã e nas áreas dentro da fortificação, como as antigas cavaliças e a praça de armas, revelaram estratigrafias bastante perturbadas, devido às diversas intervenções que tiveram lugar no castelo ao longo dos últimos séculos. Se, por um lado, a própria construção da fortificação, em época medieval, a fundação da igreja de São Pedro de Canaferrim e a respetiva necrópole afetaram os níveis arqueológicos anteriores, as reformas de que o castelo

foi alvo no século XIX, com D. Fernando II, e já no século XX, com a DGEMN, vieram acentuar essas perturbações. Os primeiros vestígios a ser identificados correspondem à área de necrópole da igreja de São Pedro de Canaferrim, local onde foram escavadas trinta e quatro sepulturas, contendo cada uma delas, na maioria dos casos registados, mais do que um indivíduo, entre adultos, adolescentes e crianças. No conjunto dos níveis revolvidos identificaram-se numerosos materiais arqueológicos de diversos períodos de ocupação, desde o neolítico à atualidade, entre eles um conjunto de moedas cuja identificação preliminar se apresenta neste estudo.

O conjunto monetário

Entre 2009 e 2011 foi possível proceder-se à recolha de um conjunto de moedas no exterior do perímetro de muralhas do Castelo dos Mouros, em Sintra, no local onde foi escavada uma necrópole de inumação datável da época medieval cristã associada à igreja de São Pedro de Canaferrim. Os trabalhos de campo foram conduzidos sob a direção de um dos signatários (MJS), e, na sequência da intervenção arqueológica, este conjunto de moedas foi depositado no Palácio de Monserrate e daí transferido temporariamente para as instalações do antigo Museu do Banco de Portugal, em Lisboa, onde se procedeu ao respetivo estudo (MG).

A análise preliminar do conjunto de moedas ali identificado, formado por cerca de cinco dezenas de moedas encontradas avulsas numa zona caracterizada pela presença de mais de trin-

ta sepulturas, permitiu-nos identificar praticamente todas as espécies como sendo de cunhagem portuguesa, bem como atribuí-las, com representatividade estatística variável, à prática de cunhagem monetária que teve lugar em Portugal durante a primeira dinastia, de D. Afonso I (1128-1185) a D. Fernando I (1367-1383). A maioria das moedas identificadas pode datar-se dos reinados de D. Afonso III (1248-1279) e D. Dinis (1279-1325), facto que se compreende tendo em conta que foi durante estes reinados que tiveram lugar as obras de construção ou beneficiação do recinto fortificado que veio a envolver o primitivo povoado, deixando *extra muros* a igreja de São Pedro de Canaferrim e a necrópole adjacente. Durante a intervenção arqueológica foi ainda possível identificar-se um conjunto de outras moedas de emissão hispânica, provenientes do reino de Leão e Castela, como um *pepión* de Fernando IV (1295-1312), um *noven* de Afonso XI (1312-1350) e um *cornado* de João I (1379-1390), perdidos em Sintra muito possivelmente na sequência da morte do rei D. Fernando I e das guerras que se seguiram pela tomada de Lisboa contra D. João, mestre de Avis, nomeado regente e defensor do reino no quadro da crise dinástica de 1383-1385.

Na sua generalidade, as moedas recolhidas são de difícil caracterização metrotipológica, facto que se deve às condições em que atualmente se encontram, resultantes não só de um manuseio excessivo, como de um contexto deposicional pouco favorável à sua preservação, tornando-as de difícil legibilidade e de cronologia nem sempre fácil de se

aferir com rigor. As moedas portuguesas encontradas no local, batidas em bo-lhão, podem ser enquadradas em séries tipológicas que permitem a sua segura identificação como dinheiro, mealha, pilarte, meio-tornês de escudo ou barbuda, apesar de se registar um claro predomínio para os dois primeiros títulos. Os dinheiros e as mealhas conservam-se inteiros ou fracionados, ostentando características muito comuns na prática de amoedação de baixo valor nos séculos XII e XIII, como letreiros em latim padronizados alusivos ao nome do rei em função e ao título que o identifica como rei de Portugal ou, mais tardiamente, como rei de Portugal e do Algarve. O pilarte, o meio-tornês de escudo e a barbuda, espécies associadas à reforma do sistema monetário que teve lugar no país durante o século XIV, conservam-se inteiros e ostentam características mais facilmente individualizáveis no conjunto das peças encontradas, dados os elementos gráficos e epigráficos que surgem claramente representados nas respetivas faces.

No tocante aos tipos das diferentes espécies monetárias identificadas, regista-se o predomínio dos de simbologia política e eclesiástica: para além dos que se identificam como símbolos nacionais – como os escudetes brasonados com besantes em número variável, dispostos em cruz ou em aspa, os bustos régios de perfil e as coroas –, encontram-se ainda o báculo e, muito particularmente, no caso do dinheiro e da mealha, a cruz de formas e dimensões muito variáveis – como a cruz simples inscrita em círculo central, a cruz de hastes longas extravasando o círculo central, a cruz cantona-

da por crescentes e pontos, a cruz cantonada por crescentes e estrelas, a cruz cantonada por castelos ou ainda a cruz cantonada por castelos com escudete ao centro –, para além de outros motivos fitomórficos e geométricos geralmente conhecidos como *signos ocultos*. A barbuda do reinado de D. Fernando I é a única peça deste conjunto que contém um sinal braquigráfico indicativo do respetivo local de cunho: a cidade do Porto.

Problemáticas histórico-arqueológicas

O conjunto de moedas identificado entre 2009 e 2011 durante a intervenção arqueológica que teve lugar no Castelo dos Mouros, em Sintra, pode datar-se genericamente dos séculos XII a XIV, não se registando outras espécies que ultrapassem este espetro cronológico com ampla representação diacrónica. Embora a ausência de contexto arqueológico não nos tenha permitido retirar ilações significativas sobre as circunstâncias que terão envolvido a utilização destas moedas, o facto de estas terem sido encontradas avulsas em sepulturas de inumação datáveis da época medieval cristã, associadas a uma igreja, deixa-nos entrever a hipótese de as moedas terem sido utilizadas com um objetivo fundamentalmente simbólico, ligado à tradição que, desde a época antiga, se convencionou designar como óbolo de Caronte ou viático.

As sepulturas identificadas no decurso dos trabalhos arqueológicos encontravam-se profundamente revolvidas e continham numerosos materiais arqueológicos reveladores de diferentes cronologias de ocupação do espaço, apesar de

ter sido possível identificar-se a presença, na maior parte das estruturas escavadas, de restos pertencentes a mais do que um indivíduo, entre adultos, adolescentes e crianças. Estas sepulturas faziam parte de uma necrópole que terá funcionado como espaço de inumação associado à igreja que se situava nas suas imediações, ainda hoje conhecida localmente como igreja de São Pedro de Canaferrim. As características das sepulturas e a sua associação a esta igreja permitem-nos datar com segurança esta necrópole da época medieval cristã, facto corroborado pelo conjunto de moedas nela encontrado.

A maior parte das moedas encontradas pode datar-se dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, sendo, por este motivo, atribuíveis a um arco cronológico genericamente situado entre as últimas décadas do século XIII e as primeiras décadas do século XIV, apesar de ter sido possível a exumação de outras espécies não só anteriores como também posteriores a estes dois reinados. É de se destacar o aparecimento de uma mealha atribuível ao reinado de D. Afonso I, bem como de um pilarte, um meio-tornês de escudo e uma barbuda datáveis já do reinado de D. Fernando I. As peças atribuíveis a estes dois reinados podem considerar-se como *termini a quo e ad quem* para a cronologia de ocupação da necrópole. A aferição da cronologia das peças encontradas permite-nos dizer que esta esteve ativa durante cerca de duzentos anos, servindo seguramente como local de inumação da população que residia no primitivo povoado ou já no interior do recinto que veio a ser delimitado por muralhas em épocas um pouco mais tar-

dias.

Embora as moedas encontradas não sejam suficientes para se poder retirar delas qualquer conclusão de ordem estatística, as suas características metrotopológicas dão-nos indicação de alguns traços fundamentais da fisionomia económica das populações que as utilizaram ou com as quais estas estão arqueologicamente associadas. O suporte baixo em que foram batidas, isto é, o bolhão, aponta para a existência de uma população provida de um certo índice de monetarização, apesar de as moedas sugerirem contextos originários, anteriores à sua deposição nas sepulturas, caracterizados por fraco poder fiduciário e reduzido praticamente às espécies mais utilizadas no quadro do quotidiano de populações dotadas de fracos recursos económicos.

De uma forma geral, é possível dizer-se que as moedas encontradas terão sido utilizadas como complemento de atividades económicas tradicionais, ligadas à subsistência em regime de auto-suficiência, como a agricultura e a pecuária, características de paisagens dominadas pela presença da montanha. Se é lícito pensar-se na hipótese de este conjunto de moedas ter estado em circulação em data anterior à sua deposição em contexto de necrópole, o número relativamente pequeno de peças encontradas, bem como o estado em que estas chegaram até aos nossos dias, sugerindo elevado grau de manuseio, parece apontar para um quadro económico ainda caracterizado pelo predomínio das trocas diretas e em que a moeda era apenas ocasionalmente utilizada em transações mais

dispendiosas, embora envolvendo reduzidos montantes. O estado de fracionamento em que algumas destas moedas se encontram aponta para uma clara necessidade de moeda divisionária, agravada pelo facto de o suporte metálico predominante, o bolhão, indicar à partida um uso algo limitado e de fraco alcance.

No seu conjunto, as moedas identificadas sugerem a existência de uma economia monetária pobre, acentuada pela utilização das espécies circulantes em contextos simbólicos ligados à deposição intencional em sepulturas de inumação. Esta prática está largamente atestada em várias outras necrópoles escavadas de norte a sul do país, com idêntica cronologia, facto que nos permite dizer que a prática registada na necrópole da igreja de São Pedro de Canaferrim se deve entender apenas como uma nova evidência arqueológica de um tipo de comportamento muito comum, ligado a rituais religiosos indicadores da pervivência de práticas pagãs em contextos cristãos. À semelhança do que se encontra atestado noutras necrópoles da época, é possível que estas peças tenham sido depositadas sobre os olhos, na boca, nas mãos ou nos pés dos indivíduos sepultados de forma a se garantir o pagamento do viático, tradição popular que preconizava o sustento da passagem do falecido à vida após a morte através de uma moeda capaz de evitar o seu retorno. Neste contexto, a prática registada arqueologicamente nesta igreja deve entender-se numa dimensão simbólica, assente sobre pressupostos fundamentais do culto dos mortos próprios de comunidades enraizadas em velhas tradições.

Conclusões

As escavações arqueológicas levadas a cabo no Castelo dos Mouros, em Sintra, entre 2009 e 2011, permitiram a recolha de um conjunto de moedas datáveis da época medieval cristã cuja notícia preliminar procurámos efetuar ao longo das páginas precedentes. Apesar de muito deteriorado pelo uso ou pelo contexto deposicional pouco favorável à preservação das suas características originárias, o conjunto de moedas encontrado na necrópole adjacente à igreja de São Pedro de Canaferrim pode atribuir-se à primeira dinastia, sendo, por este motivo, genericamente enquadrável numa diacronia que se estende da segunda metade do século XII à segunda metade do século XIV.

Este conjunto de moedas integra cerca de cinco dezenas de peças encontradas avulsas, mostrando características metrotipológicas que permitem a sua fácil identificação com diferentes espécies monetárias, entre as quais o dinheiro, a mealha, o pilarte, o meio-tornês de escudo e a barbuda. A mais antiga pode atribuir-se ao reinado de D. Afonso I, e a mais recente, ao de D. Fernando I, apesar de se registar um predomínio de espécies cunhadas sob D. Afonso III e D. Dinis, isto é, datáveis da transição do século XIII para o século XIV. Complementarmente, foi possível proceder-se à identificação de três moedas de origem hispânica, entre as quais um *pepión* de Fernando IV, um *noven* de Afonso XI e um *cornado* de João I, todos datáveis do século XIV e possivelmente associados

aos confrontos travados entre as forças portuguesas e castelhanas a propósito da tomada de Lisboa no quadro da crise dinástica de 1383-1385.

A maior quantidade de informações disponíveis para este período da ocupação do espaço corrobora a hipótese de as muralhas erguidas neste local, com o objetivo de abrigar o primitivo povoado, terem sido construídas várias décadas após a tomada do castelo de Sintra pelos exércitos cristãos, apesar de se poder tomar por certa a informação de que a necrópole e a igreja de São Pedro de Canaferrim lhe são muito anteriores. Para além de nos facultarem informações sobre a cronologia de construção desta estrutura, as moedas encontradas podem ser consideradas como indicadores seguros da existência de uma população dotada de um certo grau de monetarização mas que possivelmente viveria num estado de austeridade económica, próprio de uma comunidade de fracos recursos económicos. O contexto arqueológico das peças indica que, não obstante esta função originária, as moedas encontradas foram também canalizadas para a satisfação de necessidades simbólicas específicas, ligadas a pressupostos fundamentais do culto dos mortos, característicos da época medieval, como o pagamento do viático.